

Os conflitos árabe-israelenses na mídia impressa brasileira: Zero Hora e O Estado do Paraná

Enviado por Ruben Dargã Holdorf
26-Out-2009

Resumo: Este artigo, condensado de uma dissertação de mestrado, verifica os diferentes posicionamentos editoriais nos cadernos de notícias internacionais dos jornais sulistas Zero Hora, de Porto Alegre, e O Estado do Paraná, de Curitiba. Vale-se do pressuposto de que existe interferência no processo de seleção das notícias e reportagens a respeito dos conflitos entre árabes e israelenses. Ou seja, Zero Hora privilegia edições pró-Israel, enquanto que o jornal paranaense sustenta uma linha editorial favorável aos árabes. O trabalho pretende mostrar o processo de construção do texto jornalístico, definindo o papel dos editores e suas atribuições dentro das redações.

Palavras-chave: Conflitos árabe-israelenses, Zero Hora, O Estado do Paraná, editor internacional, jornalismo.

Résumé: Cet'article vérifie toutes les position éditoriales des cahiers de nouvelles internationales des journeaux du sud Zero Hora, de Porto Alegre, et O Estado do Paraná, de Curitiba. Elle se vaut de l'hypothèse qu'il existe une interférence dans le procès de sélection des nouvelles et reportages a propos des conflits entre arabes et israéliens. En d'autre mots, le Zero Hora privilégie les éditions pro-israéliennes, tandis que le journal du Paraná soutien une ligne éditoriale favorable aux arabes. Ce travail prétend démontrer le procès de construction du texte journalistique, définissant le rôle des éditeurs et leurs attribution dans les rédactions.

Mots clefs: Journalisme imprimé; édition internationale; conflit israélo-arabe.

Introdução

A leitura dos cadernos de notícias internacionais nos diários brasileiros se torna apenas um momento de abastecimento de informações sobre o cenário mundial. Aparentemente, os leitores não se detêm para refletir quanto aos motivos da seleção dos assuntos para os espaços determinados pelas editorias. E tal argumentação se sustenta ainda mais quando o noticiário se refere aos fatos ocorridos em outros continentes, bem distantes do País. É difícil imaginar que alguma empresa jornalística nacional demonstre interesse em conceder uma visão diferenciada às matérias enviadas pelas agências noticiosas, apesar dos números referentes àqueles que lêem os cadernos internacionais. Segundo a Associação Nacional de Jornais, 45% dos leitores costumam ler diariamente as editorias de notícias internacionais.(1)

Com o intuito de esclarecer a política editorial desenvolvida pelas redações e os critérios adotados para a elaboração de pautas, seleção de matérias, apuração e cobertura das notícias, este artigo examina e confronta as editorias internacionais e de opinião dos diários O Estado do Paraná e Zero Hora, analisando e interpretando a reprodução de alguns dos fatos mais destacados das últimas quatro décadas enredando Israel e seus opositores árabes. A fim de realizar o primeiro levantamento do conflito árabe-israelense nos jornais, selecionaram-se para este artigo apenas cinco fatos. O levantamento histórico rastreou datas desde 1967 até 2008.

Processo de edição

Uma das atividades mais complexas do jornalismo impresso deposita parcela da responsabilidade da produção sobre o editor. Suas ações se iniciam com a elaboração da pauta, a disponibilização de espaço, passando pela consecução e orientação de repórteres para a cobertura de fatos, apuração de notícias, contatos com as fontes e a redação. Continua com a seleção das notícias que chegam à redação, bem como sua revisão e edição final, não se esquecendo de conferir as seções paginadas.

A princípio, segundo o jornalista Luiz Costa Pereira Júnior,(2) o editor se preocupa com o processamento da indústria noticiosa, atuando diretamente no estabelecimento de rotinas práticas de acordo com as técnicas e conhecimentos exigidos. Antes de editar, é necessário planejar a construção da notícia. Há uma tendência na imprensa em se diferenciar notícia de reportagem. Não é a preocupação desta pesquisa, pois seu foco não se posiciona em assumir um significado para um ou outro termo. Nilson Lage explica que, em geral, as notícias dizem respeito à reprodução dos fatos, enquanto as reportagens são aprofundamentos destes ou interpretações de qualquer tema, desde "que respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores".(3)

O início de todo o processo se encontra na orientação minuciosa entregue ao repórter pelo editor, isto é, na pauta. José Marques de Melo amplifica a definição de pauta:

A pauta é um roteiro destinado à pré-seleção das informações a serem publicadas. É através da pauta que se distribui o conjunto de tarefas destinadas cotidianamente aos profissionais que integram a redação: repórteres, redatores e editores [...] A pauta não é apenas um elenco de temas ou assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os acontecimentos devem ser observados e relatados.(4)

Ao mesmo tempo em que orienta o repórter, a pauta serve de filtro facilitador das ações do editor de acordo com a linha editorial, ou política editorial da empresa jornalística. A linha editorial é o primeiro filtro a ser observado e honrado pelo corpo de jornalistas da redação. Dela emergem todos os fundamentos das pautas pensadas, discutidas e elaboradas.

De acordo com Manuel Chaparro,(5) o gerenciamento de qualquer jornal não pode ser executado com uma competência apenas relativa. O fato desta mídia solidificar a confiança dos leitores, confere-lhe o status de entidade cultural e social, pois nela se inserem as informações, as emoções, as opiniões e as análises. Parece pouco, mas todos os itens citados colaboram para a mudança de perspectiva dos cidadãos e até mesmo de países.

Não é novidade no meio jornalístico que todos têm direito à informação correta. Pelo menos com uma apuração que dignifique o veículo de comunicação. O relato da verdade é um dos componentes da edificação da comunidade em que se insere o jornal. Impedir o leitor de acessar à notícia correta e completa, assevera Chaparro, "trai o principal e mais belo

dos compromissos [...] assegurar a 'todo indivíduo' o direito de ser informado".(6) A falta de compromisso com esse acordo, segundo ele, demonstra irresponsabilidade, ambição, incompetência, presunção e submissão do editor a quem o controla. Quatro campos de pressão assediam constantemente os fazeres do editor: a linha editorial, representada pelos hierarquicamente superiores; a sociedade que espera e acredita num perfil transparente e democrático da parte do jornal; os repórteres que cobram o mínimo de interferência na edição das matérias; e sua consciência, ora relacionada ao compromisso profissional, ora afinada a interesses pessoais.

Histórico dos jornais

O jornal Zero Hora surgiu em 4 de maio de 1964, em decorrência do golpe militar que derrubou o governo de João Goulart. Afinado ao Partido Trabalhista Brasileiro e às causas getulistas estava o Última Hora, cujo proprietário havia recebido de Getúlio Vargas este jornal com o intuito inicial de enaltecer o político populista e defendê-lo dos ataques do opositor Carlos Lacerda, dono da Tribuna de Imprensa, no Rio de Janeiro. Samuel Wainer, também descendente de judeus da Bessarábia, Ásia Central, teve suas redações fechadas pelo País todo.

Em Porto Alegre, a RBS assumiu a redação do Última Hora 35 dias depois do golpe, alterando seu nome para Zero Hora. Para muitos representou uma manobra com interesses ideológicos alinhados à nova situação política imposta ao País. Para outros, uma jogada empresarial com o objetivo de desbancar o até então concorrente. O jornal continuou sob a tutela de uma família de judeus, os Sirotsky, e, com o passar dos anos, ampliou o leque de relações, conquistando credibilidade diante dos leitores e da sociedade gaúcha, e respeitabilidade no cenário internacional latino-americano ao se integrar ao Grupo Diários América (GDA).(7)

Tanto em Curitiba como em Porto Alegre se percebe a influência de imigrantes do Oriente Médio na mídia local. O jornal Diário Popular, fundado em 1963, pertence ao jornalista e empresário Abdo Aref Kudri, descendente de libaneses, atual presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná. A primeira emissora de televisão no Estado, a TV Paranaense, hoje sob concessão da família Cunha Pereira, foi inaugurada em 1960 pelo desembargador Nagib Chede. Já o jornal O Estado do Paraná foi fundado em 1951 pelo publicitário, filho de libaneses, Aristides Merhy. Apesar do empresário Paulo Pimentel adquirir o jornal em 1962, sua redação se mantém administrada há 43 anos por uma família descendente de imigrantes libaneses. O ex-diretor de Redação, Mussa José Assis(8) (corruptela de Khaziz), garantia isenção do jornal em qualquer questão, discurso repetido para justificar uma provável imparcialidade em relação aos assuntos do Oriente Médio, selecionados, editados e reproduzidos nas páginas da Editoria Mundo. Denys Cucho(9) analisa a possibilidade de a identidade coletiva ser reinventada estrategicamente diante de um contexto até então inexplorado, fazendo-a se construir, desconstruir-se e se reconstruir, de acordo com as conveniências.

Esse prestígio da comunidade libanesa também se estende ao campo da política. Um dos deputados de mais longo mandato na Assembléia Legislativa do Paraná foi Aníbal Khury (1924-1999), ex-presidente da casa parlamentar estadual. Em 1958, ele acolheu Assis em sua casa quando este migrou do interior paulista para o Sul e o apresentou à direção de O Estado do Paraná, onde iniciou sua carreira jornalística. Cassado pelos militares, Khury se beneficiou da anistia de 1979 para voltar ao exercício público da política. Ele ajudou a eleger Álvaro Dias ao Senado e José Richa (1934-2003), outro descendente de libaneses, ao governo do Estado.(10) Em 1986, Dias venceu as eleições para governador e, no último ano de seu mandato, convidou Assis para assumir a Secretaria de Comunicação Social, substituindo Fábio Campana. Hoje, Francisco José, filho de Assis, substituiu o pai na direção de redação do jornal O Estado do Paraná; o filho de José Richa, Carlos Alberto Richa (Beto Richa), é o prefeito de Curitiba; o neto de Khury, Alexandre Maranhão Khury, ocupa a Primeira-Secretaria da Assembléia Legislativa; Dias voltou ao Senado e Campana

responde como principal colunista político do jornal dirigido por Francisco José.

Radicados principalmente no Paraná, os descendentes de sírios e libaneses buscaram resguardar esse vínculo de identidade com as origens. Se isso recebeu o entendimento dos demais como uma forma de resistência à cultura local, não ficou totalmente esclarecido. Provavelmente, uma das primeiras tentativas de mudança de nódoa determinada pela cultura local se refira ao reconhecimento deles como turcos, embora não o fossem. O pesquisador Oswaldo Truzzi aclara esse problema criado por uma pseudo-identificação face ao domínio e influência turco-otomana no Oriente Médio:

O fato de, até o final da Primeira Guerra Mundial, quase a totalidade dos imigrantes da colônia ter desembarcado no Brasil com passaportes do império otomano, favoreceu a identificação desses imigrantes como turcos. O fenômeno não se restringe ao Brasil. Em toda a América Latina, sírios e libaneses foram e ainda são comumente chamados de turcos, denominação que se fixou. O assunto tornou-se ponto obrigatório de quase todos os livros escritos pela colônia, motivo freqüente de reclamações.(11)

Os conflitos em ZH e OEP

A primeira preocupação quanto ao período de pesquisa nos jornais Zero Hora e O Estado do Paraná alcançou solução logo no início do levantamento histórico de ambos. Como a fundação de Zero Hora ocorreu em 1964 e o convite de Pimentel para Mussa Assis assumir a redação de O Estado do Paraná se efetivou em 1965, definiu-se que, a princípio, o fato comum de partida para a confrontação e análise das notícias internacionais sobre os conflitos árabe-israelenses seria a Guerra dos Seis Dias, de 5 a 10 de junho de 1967.

Depois de algumas leituras e observações mais detalhadas dos textos, títulos, linhas de apoio, fotos e legendas, também se delimitou a área de análise. Como a maior parte dos textos chegava das agências internacionais, as mudanças efetuadas nas redações ocorriam no processo de edição de manchetes, chamadas, títulos de página, linhas de apoio, chapéus, legendas e na seleção de fotos. É justamente nestes itens em que se destacam as diferenças entre os jornais. Aqui se revelam de forma nítida as políticas de interesse das empresas, ou de maneira camuflada, exigindo uma leitura mais profunda, pormenorizada e de confrontação com outros veículos impressos. A partir deste ponto os títulos das matérias serão expostos entre aspas, a fim de se evitar qualquer distorção em relação aos originais pesquisados. Somente aparecerão entre apóstrofes quando os originais estiverem representados entre aspas.

A acusação dos árabes contra a mídia internacional pelo uso de eufemismos como "palestinos atacam, israelenses respondem" não é recente. A fim de se compreender esse jogo de interesses, não há como deixar de lado a análise de Brian Whitaker.(12) Ele descortina a presença de eufemismos(13) nos textos das notícias, reportagens e artigos que abordam os problemas do Oriente Médio. Em sua pesquisa, ele detectou um padrão, no qual os palestinos sempre atacam e os israelenses respondem. Os palestinos passam a figurar como vilões da história, os monstros assassinos e covardes. Atacados, os israelenses têm o direito de se defender, mesmo que isso represente o massacre de pessoas inocentes. E os correspondentes internacionais perfilam esse caminho. Mesmo quando as forças de Israel tomam a iniciativa de atacar, nas manchetes aparecem apenas respostas aos prováveis riscos de sofrer um ataque terrorista.

Ao mesmo tempo em que ataques à mídia internacional são desferidos pelos críticos defensores de um equilíbrio de atitudes editoriais, ou então por opositoristas à política israelense, percebe-se uma contradição em relação aos termos utilizados por estes. Semelhante aos jargões atribuídos aos árabes, os israelenses também são representados como sionistas, defensores do imperialismo yanque, assassinos, expansionistas, nacionalistas fanáticos, imperialistas, messiânicos, colonos extremistas, religiosos ortodoxos. Assim como existem defensores da causa palestina no lado israelense, há vítimas do terrorismo extremista árabe entre os cidadãos de Israel.

As interpretações e opiniões expostas em cada recorte selecionado para este artigo se referem à análise do processo jornalístico de seleção das matérias, edição dos títulos, linhas de apoio e ilustrações, não havendo interferência ou interesse em reexaminar o contexto histórico, fator distante dos objetivos da pesquisa.

O primeiro recorte em análise se depara com a Guerra dos Seis Dias. Três dias antes do início dos conflitos, o jornal Zero Hora demonstrava preocupação com as possíveis investidas dos inimigos de Israel e noticiou (2/6/1967): "Árabes preparam 'blitz' contra Israel". As matérias internacionais chegavam das agências UPI, Reuters, AFP, AP e Ansa. Zero Hora seguiu a mesma linha. Por outro lado, o título formulado pelo jornal gaúcho antecipa uma realidade percebida em quase todas as edições de Zero Hora tomando partido favorável a Israel e, sempre que possível, tratando os inimigos dos israelenses com termos depreciativos ou de conotação ambígua. O uso da expressão blitz(14) entre aspas destaca a palavra e relembra as ações conjuntas das forças armadas da Alemanha nazista durante a Segunda Grande Guerra, transferindo esse caráter de intolerância com os israelenses para os árabes. O editor poderia usar os verbos "atacar" ou "investir". No entanto, optou por lembrar o avanço alemão e o anti-semitismo do governo de Hitler. No texto, destaca-se a intenção dos árabes "suprimirem o Estado de Israel no período de poucas horas, se os israelenses dispararem o primeiro tiro contra qualquer país árabe". A partícula condicionante "se" apresenta outra interpretação, a de que são os árabes os primeiros a atacar.

Diariamente ambos os jornais sulistas ressaltaram as ações do conflito entre árabes e israelenses. Desde o dia 6 até 13 de junho, as manchetes ocuparam espaço destacado nas primeiras páginas. Zero Hora até enviou um repórter à zona de guerra. Zero Hora e O Estado do Paraná salientam a maior parte das notícias como manchetes na primeira dobra das páginas. Zero Hora se preocupa desde o início em preservar e divulgar a identidade gaúcha no bojo do conflito. Os israelenses são destacados sempre como aqueles que buscam a paz, lutam somente para se defender, vencem as principais batalhas, tomam a iniciativa para suspender ofensivas. Na outra ponta, O Estado do Paraná exhibe a união do mundo árabe. Em Zero Hora os árabes cercam, atacam, são facilmente derrotados, fogem das batalhas, retiram-se sem motivos e contra-atacam de modo traiçoeiro. Para O Estado do Paraná, Israel não recua de suas posições porque é intransigente nas negociações. Usando o discurso pró-democracia durante a Guerra Fria, Zero Hora faz questão de difamar os líderes árabes e de impingir o medo do avanço comunista no mundo, representado pela União Soviética e seu inegável apoio aos inimigos de Israel. Mais equilibrado, O Estado do Paraná abre espaço para informar os leitores segundo a ótica das duas versões sobre as batalhas no Oriente Médio.

A chamada do dia 6 em Zero Hora se baseia em notícias enviadas pela United Press International (UPI) e pelo correspondente Carlos Alberto Kolecza, da Agência ZH (de Zero Hora), cuja manchete aparece com todos os caracteres em caixa alta, ilustrada por quatro fotografias: "Israel em luta de vida ou morte". A manchete oferece a opção para uma interpretação de apoio conivente ao Estado de Israel. Entre morrer e viver, a luta se justifica a fim de salvar a existência. A confecção da matéria começa pelo título e ele tem importância técnica e estética com o objetivo de capturar a atenção dos leitores. Marques de Melo percebe dois tipos de títulos, "os que emitem claramente um ponto de vista" e "os que dissimulam o conteúdo ideológico. Enquanto o primeiro tipo é peculiar aos jornais e revistas de

combate, vinculados ou não a partidos políticos, o segundo tipo é constante nas publicações comerciais, aquelas que se regem pela ganância, pelo lucro, ainda que pretendam ostentar uma capa de neutralidade, imparcialmente".(15)

Na primeira foto, soldados egípcios cercam Israel contra o mar; a segunda mostra a invasão israelense no norte do Egito; a terceira expõe a bateria antiaérea para Israel se defender da aviação síria; e a quarta destaca uma foto do pracinha gaúcho Carlos Alberto Ilha Macedo, das forças da ONU, que morreu no meio da troca de tiros entre israelenses e egípcios. A legenda da primeira foto lembra a história do êxodo israelense nos tempos de Moisés, quando os egípcios os encurralaram contra o Mar Vermelho. A história quase se repete, agora num contexto diferenciado. Israel é representado como vítima na primeira foto e nas duas seguintes se impõe como provável vencedor do conflito. A última reforça o peso da identidade gaúcha acima da nacional. Não foi um brasileiro que morreu em Suez, mas um gaúcho.

A chamada de capa conduz os leitores para as páginas 2, 4, 9 e 10. Os títulos se configuram assim: "Judeus rezam pela paz" (p. 2); "Paz ou extermínio" (p. 4); "Guerra do Oriente Médio mata gaúcho" (p. 9); "Gaúchos analisam o conflito" (p. 9); "A guerra começou com a Síria" (p. 10). A matéria da segunda página tinha como única fonte consultada o rabino Manfred Hoexter, de Porto Alegre. O título esclarece quem não deseja a paz e quem sofre os prejuízos de ataques fortuitos. Não aparece nenhuma nota sequer para se conhecer a opinião do lado árabe. Na quarta página, um artigo do colunista Ary de Carvalho, cuja introdução descreve a antevisão dos fatos: "Após longos dias de expectativa, tiveram início as operações de guerra entre o Estado de Israel e as nações árabes." Isto remonta a lembrança do leitor mais atento à manchete de 2 de junho, denunciando os árabes no preparo de um ataque a Israel.

Noticiando a morte de um soldado da ONU e cedendo espaço para declarações de personalidades da sociedade porto-alegrense, o jornal assegura a identidade gaúcha em pleno conflito árabe-israelense. Cinco fontes foram ouvidas pela reportagem: o escritor Érico Veríssimo; o padre Evaldo Schelb; o secretário Solano Borges, do Interior; o empresário Plínio Kroeff, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Figres); e José Antônio Aranha, irmão do diplomata gaúcho Osvaldo Aranha, presidente da Assembléia da ONU que assinou o documento da criação do Estado de Israel. O último título, na décima página, evidencia a política do jornal em culpar alguém pela beligerância.

Em O Estado do Paraná aparecem na capa duas manchetes e três fotos enviadas pelas Agências Estado e DPA, da Alemanha. Uma das manchetes apenas relembra a disputa ideológica entre norte-americanos e soviéticos: "Oriente em guerra"; "EUA e URSS neutros". O editor fez questão de posicionar a foto de "Nasser: líder árabe" acima do comandante do exército israelense "Moshe Dayan: ‘chefe judeu". O presidente egípcio Gamal Abdel Nasser se tornou conhecido no mundo árabe pelos enfrentamentos contra Israel desde a década de 1950. E ele não era unanimidade no "mundo árabe". Mas o jornal o considerou. A designação de "chefe judeu" para o general Dayan o apresenta não somente como líder militar, mas também como expoente da cultura judaica. Trata-se de um político em luta contra alguém que valoriza padrões milenares, religiosos, podendo ser apontado como um fanático. Ao contrário de Zero Hora, que mostra numa das fotos de capa o poder antiaéreo de Israel, a terceira foto da primeira página de O Estado do Paraná exhibe "soldados egípcios e sírios: Forças da RAU", antiga República Árabe Unida, uma tentativa frustrada de se integrar os interesses comuns dos governos destes países.

Por ocasião da invasão do Líbano pelas tropas israelenses, em 1982, os pontos de vista dos jornais sulistas se diferenciam ainda mais na edição de 18 de setembro. A manchete de Zero Hora destaca que "Israel caça muçulmanos esquerdistas em Beirute". A antiga preocupação com o comunismo, com os extremistas de esquerda ressurgiu na primeira página. Em O Estado do Paraná o enfoque da manchete se atém à declaração do chefe do estado-maior do exército israelense, Rafael Eytan: "Israel em Beirute: ‘Vamos destruir'." Em Zero Hora, Israel justifica a destruição de Beirute porque procura terroristas muçulmanos. Não bastassem ser muçulmanos, ainda são de esquerda. Em O Estado do

Paraná, a destruição de Beirute não se limita a um grupo. A frase denota amplitude. A destruição deve ser total. O verbo na primeira pessoa do plural transmite a todos os israelenses a responsabilidade e a culpa pelas conseqüências da destruição da capital libanesa. Destruir significa aniquilação. Não existe uma situação diplomática à busca da paz. A solução final começa a ser aplicada na prática pelos israelenses.

O Estado do Paraná reforça a manchete com outras palavras no título da página 5: "Israel promete destruir o que resta em Beirute". Zero Hora edita outras duas matérias, não publicadas pelo jornal paranaense: "Israel não respeita embaixada em Beirute"; "No ano novo judeu, atentado contra diplomata" (p. 18). A representação diplomática em questão é a embaixada da União Soviética. Os israelenses se aproveitam para ir à forra. Os soviéticos apoiaram durante décadas os árabes. Finalmente chega o dia da vingança. Enquanto palestinos e militantes muçulmanos morrem nas ruas de Beirute, Zero Hora muda o foco para o assassinato do diplomata Amos Manel, morto na explosão de um carro-bomba em Paris com a esposa e os filhos de 12 e 15 anos de idade. Há muito mais impacto na morte de uma família, não se esquecendo de citar a idade dos adolescentes, do que na morte de soldados em Beirute. Não eram militares, representavam o país deles e festejavam o ano-novo. A interpretação de um ato covarde se torna evidente, provoca indignação, desejo de vingança.

Pesquisando o arquivo de três jornais londrinos, Whitaker analisa o uso de três palavras correntes nas matérias sobre os conflitos entre israelenses e palestinos: áreas, comunidades e subúrbios. Ele revela que estes termos são aplicados de modo diferenciado quando se referem aos israelenses ou aos palestinos:

Os judeus vivem principalmente em "comunidades", mas os palestinos vivem em "áreas". As "áreas" palestinas mereceram 109 registros nos últimos 12 meses; "subúrbios", 15 e "comunidades" somente três [...] No caso dos judeus, as posições foram revertidas: "comunidades" tiveram 87 registros, "subúrbios" 30 e "áreas" 21. Isso é claramente não intencional e deve ser devido, em parte, ao modo com que falamos das comunidades judaicas na diáspora. Mas o padrão geral sugere uma percepção - talvez de natureza inconsciente - de que os palestinos são menos civilizados. Outro fator é que "subúrbio" e, num contexto menor, "comunidade" são usados como eufemismos para colônias habitacionais.(16)

O emprego de termos depreciativos contra os palestinos, remetendo-os a condições medievais, não é novidade para Edward Said,(17) pois ele percebe tanto os norte-americanos quanto os israelenses considerando os árabes como selvagens. Ele explica que os norte-americanos se identificam com sociedades e culturas em luta contra povos tradicionalistas, simpatizantes de renovações revolucionárias em oposição aos conceitos ideológicos difundidos por eles, condenando inclusive a propaganda comunista. Nesse caso, Israel se encaixa perfeitamente ao perfil de nação civilizada e ocidentalizada, imposto pelos Estados Unidos.

Depois de décadas de conflito, israelenses e palestinos assinam um acordo de paz em 14 de setembro de 1993. Zero Hora deu tratamento exclusivo para a manchete: "Um aperto de mãos para a história". O inusitado da matéria publicada na página 18 era a fotografia. O título da matéria: "Mãos unidas buscam a paz". Quais mãos? A foto explica. Nela, o presidente norte-americano Bill Clinton e o primeiro-ministro Itzhak Rabin, de Israel, em primeiro plano, cumprimentando-se, e o líder palestino Yasser Arafat atrás de ambos, num segundo plano abaixo deles, aparecendo apenas o lado esquerdo de seu corpo. Evidentemente as agências internacionais enviaram centenas ou milhares de fotografias para ser selecionadas pelos jornais que as adquiriram. E o editor de Zero Hora escolhe justamente aquela imagem que situava Arafat num segundo plano, como se ele não tivesse participado das negociações como um dos protagonistas do

processo de paz. Os mentores do fato são Clinton e Rabin. Arafat é coadjuvante de somenos importância. Eles se cumprimentam ao passo que Arafat os assiste num plano inferior. Afinal, ele pertence a um povo rebelde, selvagem, menos civilizado, que habita áreas concedidas pelo beneplácito do governo israelense. Chaparro classifica esse modo do fazer jornalístico como um desequilíbrio:

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência dos objetivos do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) - são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social.(18)

Mais equilibrado, O Estado do Paraná teve como manchete de matéria enviada pela AFP, "Israel e OLP assinam histórico acordo de paz", cuja chamada recorda as décadas deixadas para trás de ódio mútuo, abordando a importância da assinatura desse acordo. Na página 6, quatro matérias selecionadas da AFP e UPI: "Enfim, a paz está mais perto do Oriente"; "Israel acompanha pela TV"; "Palestinos hasteiam bandeira"; "Termos do acordo". A primeira matéria é ilustrada por uma foto de Rabin e Arafat com Clinton, cumprimentando-se. Bem diferente do que se testemunha em Zero Hora. A segunda matéria descreve a alegria dos israelenses pelo acordo com os palestinos. A terceira retrata o símbolo de uma nação independente. Ter uma bandeira significa ter soberania e respeito internacional, principalmente do vizinho Israel. E a última matéria lista as condições a serem cumpridas pelas partes interessadas no acordo de paz. Em Zero Hora, nenhuma referência à bandeira palestina.

O último recorte analisa a pesquisa realizada por um instituto de pesquisa de Israel a respeito da opinião de palestinos e israelenses sobre a condução das negociações de paz. Ela teve espaço em uma nota da página 38 de Zero Hora, em 26 de março de 2008. Ilustrada com o desenho de uma pomba, a nota "Paz difícil" hierarquiza verticalmente a posição dos resultados, deixando a bandeira de Israel acima da palestina. Ao lado do estandarte israelense, o texto "53% dos israelenses, negociações devem ser interrompidas" e "39% vêm com bons olhos"; abaixo, "75% de rejeição"; "21% de apoio". A bandeira de Israel acima da palestina pressupõe uma escala de importância. Os resultados da pesquisa realizada com os israelenses se apresentam mais suaves. Termos como "negociações devem ser interrompidas" são mais agradáveis do que simplesmente o ato de rejeitar. Com os palestinos não existe diálogo, pois eles se negam às conversações. Os que "vêm com bons olhos" têm como contraponto aqueles que apóiam. Uma única palavra, sem qualquer complemento ou explicação.

Ao longo desta pesquisa, evidenciou-se uma tendência de Zero Hora em valorizar as notícias em prol de Israel, e de O Estado do Paraná dar relevo, na maior parte das edições, ao viés árabe. O responsável pela Editoria Mundo em Zero Hora, Luciano Peres, foi entrevistado duas vezes. Na primeira vez, o editor respondeu que a única orientação em relação ao Oriente Médio é a de que reportagens de relevância para o leitor devem ter mais espaço. Aquelas com menor interesse podem se transformar em notas, e outras podem até não ser publicadas. Ele justifica que o espaço não é tão elástico e diariamente centenas de notícias do mundo inteiro não podem ser publicadas. Segundo Peres, trata-se de uma luta diária e, "como o espaço é limitado, escolher o que deve ou não ser publicado, pensando no conjunto dos leitores". De modo geral, ele acredita que "a seleção é muito bem feita".(19) Em poucas palavras, existe um critério.

O editor de Mundo não define a diferença entre o fato relevante e a notícia descartável. Até mesmo entre as notas verificadas existem elementos ideológicos muito convinentes a ressaltar o ponto de vista israelense e depreciar o lado

árabe. O problema da falta de espaço não é exclusivo de Zero Hora. Qualquer veículo jornalístico necessita selecionar as matérias apuradas de acordo com o espaço e tempo (no caso das emissoras de rádio e televisão). Ele aborda o óbvio, aquilo que já se conhece nos fazeres jornalísticos. Todavia, Peres se esquivava de explicitar como a edição é realizada, quais são os critérios para determinar a seleção dos fatos.

Na segunda abordagem, Peres diz haver uma reunião de pauta na qual se discute os temas internacionais a serem selecionados. Os critérios de seleção são semelhantes aos do jornalismo em geral: "Relevância, proximidade do assunto com o leitor gaúcho." Isto no caso deles. Em relação ao grau de importância do noticiário internacional, Peres sustenta que, com certeza, a América Latina, pelo critério da proximidade, tem espaço garantido. Contudo, "dependendo do que ocorre no Oriente Médio, Israel tem muito mais destaque". A resposta de Peres contradiz outra pergunta. Indagado sobre os motivos de Zero Hora manter um correspondente em Israel, o editor responde que "o Oriente Médio é uma das regiões mais importantes do mundo em termos de noticiário. Muito do que acontece lá afeta o mundo inteiro. Em outras épocas já tivemos correspondentes também em Nova York, Paris e Buenos Aires, mas as vagas acabaram sendo fechadas por questão de corte de custos. Ficou a de Jerusalém". Se o noticiário da América Latina tem grau de importância acima dos demais, por que Zero Hora fechou a sucursal de Buenos Aires? Deve ser muito mais custoso ao jornal conservar um repórter em Jerusalém.

Havendo uma reunião de pauta de assuntos internacionais, na qual diretores opinam, certamente os conflitos árabe-israelenses circulam na mesa de discussão. Caso contrário, não seriam encontradas tantas matérias, principalmente como manchetes, nas edições pesquisadas. A América Latina tem sua parcela de importância, mas ele deixa escapar que, no Oriente Médio, Israel é o foco das atenções. Ele não cita o Líbano, a Palestina ou qualquer outro, frisa muito bem a Israel.

Quanto à existência de uma predeterminação na linha editorial em relação às notícias do Oriente Médio envolvendo árabes e israelenses, Peres confirma apenas a orientação para os repórteres e editores serem os mais isentos e equilibrados possíveis, concedendo espaço a todos os lados envolvidos. Em relação à acusação da comunidade árabe de que as matérias internacionais publicadas pelos jornais brasileiros quase sempre ressaltam a resposta israelense ao ataque palestino, Peres se recusa a comentar algo sobre os outros jornais, mas, quando Zero Hora usa esses termos, "é porque isso realmente aconteceu, obviamente. É muito freqüente, por exemplo, um ataque de represália da aviação israelense ocorrer depois de um atentado, por exemplo. Quando isso não ocorre, naturalmente não usamos a expressão ‘resposta ao ataque".

Inquirido se as comunidades israelita e árabe faziam alguma cobrança quanto à angulação das notícias do Oriente Médio, Peres revela que a Editoria Mundo recebe "cobranças das duas comunidades com alguma freqüência. É algo que, aliás, me dá a certeza de que estamos no caminho certo, de um jornalismo equilibrado e isento. Eu ficaria extremamente preocupado se recebêssemos apenas elogios de uns e críticas de outros". O fato de receber cobranças de ambos os lados não significa garantia de isenção e equilíbrio. O equilíbrio se certifica devido ao resultado dos fazeres editoriais.

Conclusão

As verificações realizadas no corpus empírico de pesquisa confirmam a hipótese de que ambos os jornais revelam políticas

definidas no contexto árabe-israelense. A questão não visa apontar se um outro foi ou é tendencioso. Qualquer um deles deveria ser mais transparente nas respostas e assumir que na política da empresa consta tal determinação.

Mussa Assis tentou defender o foco de O Estado do Paraná em assuntos regionais, desvinculando-o de temáticas além-divisas ou além-fronteiras. A falta de espaço justificada pelo editor Douglas de Souza(20) também é reiterada pelo editor de Zero Hora, Luciano Peres. Para os leigos, o pretexto dos editores alegando indisponibilidade espacial no jornal parece bastante plausível. Entretanto, quando se solicita uma explicação sobre os motivos de se selecionar essa ou aquela matéria, surgem os subterfúgios e as negativas a respeito de possíveis determinações enviadas pela hierarquia superior ou que constam em algum manual interno.

Quando Souza afirma que a edição de matérias em O Estado do Paraná tem como base o grau de importância de cada tema, então ele assinala que existe um critério seletivo e que, provavelmente, obedece a regras impostas pela direção do jornal. Por mais democrático que seja o ambiente redacional, é de se duvidar que o editor receba total liberdade para definir as normas do processo editorial das matérias internacionais. Souza também esclarece que a Editoria Mundo privilegia os principais assuntos em debate no exterior e aqueles que têm vínculos com o Brasil. Seriam essas relações diretas com o Brasil ou com interesses de alguns empresários ou jornalistas brasileiros? A quem essas notícias do Oriente Médio atendem: à comunidade de imigrantes e seus descendentes, aos anunciantes representantes dessa comunidade, ou a ambos? Ao confessar que na atual gestão não há qualquer ordem a respeito de temáticas internacionais, Souza provoca três considerações: o jornal não percebe a importância das notícias internacionais num contexto globalizante para uma metrópole de dois milhões de habitantes e um dos Estados mais ricos do Brasil, demonstrando ingenuidade no trato jornalístico; se as notícias internacionais não são relevantes, então não deveriam ocupar o espaço das matérias locais; se a gestão atual (note-se que a entrevista ocorreu quando Mussa Assis ainda não havia sido demitido) não delega nenhuma ordem, significa que antes havia incumbências para o editor internacional. Todavia, esclarece-se que a "gestão atual", na época da entrevista, era a mesma havia 43 anos. Portanto, contraditória a resposta de Souza.

Sem ser mais contundente quanto Zero Hora se posiciona em relação a Israel, O Estado do Paraná não se exime de evidenciar seu partidarismo pró-árabe. A investigação desenvolvida no corpus empírico de pesquisa comprova a configuração do posicionamento de ambos diante dos conflitos no Oriente Médio, possibilitando a descoberta de elementos vinculantes nas manchetes, nas chamadas, nas legendas fotográficas, nas fotos, nos títulos das editorias, nos textos, em alguns editoriais e artigos, e na disposição gráfica - a linguagem não-verbal amplamente utilizada para se definir graus de importância às matérias e ilustrações.

O exame e confrontação das matérias esclarecem a política editorial defendida pelos jornais. Se acaso a negativa dos editores quanto à existência definida de políticas em favor de israelenses ou árabes se revelar algum dia como suprema verdade, seria possível acreditar em uma grande coincidência que perdura há mais de quarenta anos? A resposta mais provável seria "não", semelhante às negativas dos editores.

A proximidade de Zero Hora das questões israelenses se demonstra com mais força do que as ligadas aos árabes em O Estado do Paraná. O jornal gaúcho evita, ao máximo, divulgar dissensões internas em Israel. Outro ponto a ser considerado se refere à máxima eufêmica árabes atacam, israelenses respondem. Quem mais protesta contra o uso dessa expressão pela mídia são os representantes da comunidade árabe, sejam eles descendentes de libaneses, sírios ou palestinos. Trata-se de uma realidade verificada nos dois jornais. Pode-se afirmar que esse fenômeno midiático se globalizou, pois ele chega via agências internacionais de notícias. Verificando os títulos, percebe-se que não existe exagero dos críticos. Não obstante essa comprovação, árabes e sírios também contra-atacaram a Israel em algum

momento. Com um adendo. Apenas Zero Hora edita títulos com esse modelo quase ideológico de se rotular uma das partes como culpada por determinada ação. Em O Estado do Paraná essa forma não aparece.

Se a competência dos jornais fosse apenas relativa, certamente não existiria tanta uniformidade no processo editorial das notícias internacionais sobre árabes, israelenses e seus aliados. E esse perfil harmônico das editorias internacionais não acontece por acaso. Afinal, ele se repete desde a inauguração de Zero Hora em 1964 e desde o início da administração de Assis em O Estado do Paraná em 1965. Além disso, os fazeres jornalísticos só se sucedem sob a presença de normas e princípios. Como o alinhamento dos jornais se evidencia em cada edição, logo eles têm regras que necessitam ser cumpridas. Essas normas refletem a linha editorial. Seria ingênuo imaginar que a linha editorial não viesse a contemplar justamente a editoria de notícias internacionais.

Tanto em O Estado do Paraná como em Zero Hora o poder das diretorias parece exercer pleno domínio, principalmente no jornal paranaense, cujo diretor de redação centraliza nele as decisões finais do que serão os mais importantes destaques de cada edição. A independência do editor de Mundo se configura aparente. Em Zero Hora os editores têm mais autonomia. No entanto, as duas reuniões de pauta exercem pressão sobre o conteúdo selecionado. A segunda reunião conta com o ponto de vista final do diretor de redação. Não há como negar a forte influência dos estratos superiores da empresa jornalística em um organograma verticalizado.

Seria interessantíssimo se ambos os jornais tivessem sucursais na mesma cidade ou então se regionalizassem circulando pelo Sul do País. Certamente o viés de suas linhas ficaria mais evidente. Na atual situação, de localização em duas capitais distantes uma da outra e de circulação limitada a diferentes áreas de influência, o viés só pode ser detectado, analisado, colocado em posição de reflexão e até mesmo criticado, quando se confrontam suas edições. Sem esse parâmetro, jamais alguém imaginaria que no Brasil empresas jornalísticas concedem visões diferenciadas às matérias internacionais.

Notas

1) Disponível em: <www.anj.org.br/sala-de-imprensa/pesquisa>. Acesso em: 24 mai. 2008.

2) PEREIRA JR., Luiz C. Guia para a edição jornalística. Petrópolis : Vozes, 2006, pp. 31 e 94.

3) LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 6 ed. São Paulo : Ática, 2005, pp. 47-8.

4) MELO, José M. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3 ed. Campos do Jordão : Mantiqueira, 2003, p. 78.

5) CHAPARRO, Manuel C. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo : Summus, 1994, p. 92.

6) _____. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. Op. Cit., p. 82.

- 7) SANTUÁRIO, Marcos E. A comunicação globalizada na América Latina: o caso do Grupo de Diários América (GDA). Novo Hamburgo : Feevale, 2002, pp. 47-8.
- 8) O proprietário da Editora O Estado do Paraná S/A, Paulo Pimentel, demitiu Mussa Assis no início de março de 2008 por divergências político-editoriais.
- 9) CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2 ed. Bauru : Edusc, 2002, p. 198.
- 10) HELLER, Milton I.; DUARTE, Maria de L. A. G. Memórias de 1964 no Paraná. Curitiba : Imprensa Oficial, 2000, p. 112.
- 11) TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 2005, p. 54.
- 12) WHITAKER, Brian. Desmascarando eufemismos na cobertura jornalística do conflito israelo-palestino. The Guardian, Londres, 9 abr. 2001. Informação traduzida e cedida por Emil Mourad.
- 13) Vocábulo mais moderados, brandos, usados no lugar de outros mais agressivos, exagerados. Um recurso empregado para se amenizar, camuflar, induzir, omitir ou distorcer certas situações.
- 14) Do alemão, "relâmpago", referindo-se à blitzkrieg, "guerra-relâmpago" fulminante que permitiu o acelerado avanço nazista sobre as nações vizinhas.
- 15) MELO, José M. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Op. Cit., p. 89.
- 16) WHITAKER, Brian. Desmascarando eufemismos na cobertura jornalística do conflito israelo-palestino. The Guardian, Londres, 9 abr. 2001. Informação traduzida e cedida por Emil Mourad.
- 17) SAID, Edward W. Cubriendo el islam: como los medios de comunicación y los expertos determinan nuestra visión del resto del mundo. Barcelona : Debate, 2005, pp. 151-52.
- 18) CHAPARRO, Manuel C. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. Op. Cit., p. 108.
- 19) Luciano Peres em entrevistas a Ruben Holdorf, por e-mail, em 18 de setembro de 2007 e 16 de abril de 2008.
- 20) Douglas de Souza em entrevista a Ruben Holdorf, por e-mail, em 18 de setembro de 2007.

Ruben Dargã Holdorf é jornalista graduado pela UFPR, doutorando em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), tem dois mestrados, um em Educação (Unasp) e outro em Comunicação, Administração e Educação (Unimarco), leciona no curso de Jornalismo do Unasp e é diretor de Jornalismo da Rádio Unasp. E-mail: dargan_holdorf@hotmail.com.